

## **ESTUDO DE CASO E MICRO-HISTÓRIA: distanciamentos, características e aproximações<sup>1</sup>**

*Eder da Silva Silveira*  
Mestre em Educação – PUC/RS  
Doutorando em História pela Unisinos  
Professor da Ulbra São Jerônimo

**RESUMO:** Este texto busca refletir sobre duas modalidades de pesquisa: o Estudo de Caso e a Micro-História. A primeira, utilizada em diversas áreas, sobretudo na Educação; a segunda, talvez, o carro-chefe em sua ciência de origem: a História. O objetivo do artigo é sinalizar algumas das principais características, distanciamentos, relações e aproximações entre Estudo de Caso e Micro-história.

**PALAVRAS-CHAVE:** micro-história, estudo de Caso, microanálise.

**ABSTRACT:** This text is from a brief reflection about two kinds of search: Case Study and Micro-History. The first, used in several areas, especially in education; the second, perhaps, the flagship in his Science of Origin history. My goal is to identify some of the main features, fares, relationships and similarities between Case Study and Micro-history.

**KEY-WORDS:** micro-history, case study, microanalysis.

### **Situando o Estudo de Caso e a Micro-história**

O Estudo de Caso enquanto modalidade de pesquisa <sup>2</sup> prevê uma análise profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. De acordo com Becker, o termo teve sua origem em pesquisas na área da Medicina e Psicologia e *“tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências*

---

<sup>1</sup> Reflexão apresentada no seminário *“Documentos e outras fontes históricas I / microanálise e historiografia latino-americana”*, ministrada pelos professores Drs. Maria Cristina Bohn Martins e Paulo Roberto Stuaudt Moreira, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no segundo semestre de 2009.

<sup>2</sup> Como sublinhou Ventura (2007: 384), *“o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais”*.

---

*sociais*” (BECKER, 1999: 117). Além disso, o Estudo de Caso também pode ser enquadrado no paradigma quantitativo ou qualitativo, a partir do tipo de dado e a maneira pela qual o pesquisador irá utilizá-lo<sup>3</sup>.

Ao mesmo tempo em que afirma que o Estudo de Caso, como estratégia de pesquisa, deve ser preferido quando o pesquisador tem um controle muito reduzido sobre os eventos que irá pesquisar na contemporaneidade, Yin (2005) considera que ele “*investiga fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real*” (YIN, 2005: 20). Holística é um termo que vem do grego “*holos*”, igual ao todo. Por conseguinte, o termo indica uma tendência a ver o todo *além* das partes.

A possibilidade de vislumbrar o todo ou boa parte de uma realidade ou objeto através do Estudo de Caso ocorre, conforme explicitou Lüdke e André (1986), pela potencialidade dessa modalidade de pesquisa em trabalhar com dados descritivos de forma complexa e contextualizada.

Já a Micro-história originou-se de um projeto desenvolvido por um grupo de historiadores italianos, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, articulados em torno da revista *Quaderni Storici*, particularmente numa coleção intitulada *Microstorie*, dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi<sup>4</sup>.

Jacques Revel, ao sublinhar a heterogeneidade desse grupo em relação às suas pesquisas individuais, salienta que

o caráter extremamente empírico da abordagem explica que mal existia um texto fundador, um mapa teórico da micro-história. É que ela não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer. [...] A micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico (REVEL in REVEL, 1998: 16).

Na história social, até os anos 1970-1980, para atender ao critério que conferia legitimidade a um objeto de estudo científico, o pesquisador deveria buscar o repetitivo e suas variações, bem como aquilo que fosse regular e observável a partir do qual seria

---

<sup>3</sup> Para planejamento e desenvolvimento de pesquisas com estudo de caso, ou para uma tipologia a partir de métodos quantitativos e qualitativos, pode-se verificar as obras de Yin (2005), Stake (1998; 2007) e Baptista e Campos (2007).

<sup>4</sup> Não será discutida, neste texto, a importância da antropologia anglo-saxã e das reflexões de Fredrik Barth. Sobre esse assunto o leitor poderá encontrar subsídios na obra organizada por Jacques Revel (1998) e Henrique Espada Lima (2006).

---

possível induzir leis. De acordo com Revel, esse modelo de história social entrou em crise nesse momento por vários motivos. Segundo ele,

enquanto a informática tornava possível o registro, o armazenamento e o tratamento de dados consideravelmente mais maciços que no passado, impôs-se a muitos o sentimento de que os questionários não haviam sido renovados no mesmo ritmo e de que as grandes pesquisas quantitativas estavam dali em diante ameaçadas de rendimentos decrescentes (REVEL, *ibid*: 18-19).

Por trás de tudo isso, como também observou Revel, talvez esteja uma crise mais geral das concepções de ciência e dos modelos de um “fazer científico” que não mais dava conta de compreender a complexidade do todo sem o exercício de uma análise mais qualitativa e exaustiva das partes.

Desse modo, a perspectiva da micro-história, segundo Carlo Ginzburg (1991: 178), através de “*uma escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável em outros tipos de historiografia*”, procurando “*indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula*”<sup>5</sup>, ou seja, uma tendência de ver o todo a partir das partes e/ou nas partes.

### **Estudo de Caso e Micro-história: a questão dos dados na dicotomia quali-quantitativa**

Marli André, em *Etnografia da Prática Escolar*, discute o termo “pesquisa qualitativa” e seu emprego. Para ela, os termos qualitativo e quantitativo devem ser usados para designar o tipo de dado coletado e sua forma de análise, e não para identificar modalidades de pesquisa. Segundo ela,

é muito mais interessante e ético dizer que 30% dos entrevistados consideraram a proposta autoritária, do que afirmar genericamente que alguns professores consideraram a proposta autoritária. Deixa o estudo de ser qualitativo porque reportou números? É evidente que não. No caso, o número ajuda a explicar a dimensão qualitativa (ANDRÉ, 1998: 24).

---

<sup>5</sup> De acordo com J. Revel, podemos apontar e confrontar a recepção americana e a versão francesa do debate sobre Micro-história. “*A primeira baseia-se no ‘paradigma indiciário’ proposto por Carlo Ginzburg e definiu-se em grande medida como um comentário da obra deste. A segunda entende a micro-história como uma interrogação sobre a história social e a construção de seus objetos*”. (REVEL, *op. cit.*: 15).

Esse princípio sublinhado por Marli André torna-se um importante elemento de reflexão à aplicação do rótulo “quantitativo” em determinados trabalhos. Assim, a classificação deve ocorrer muito mais em relação à estrutura de quantificação do dado coletado, sua tipologia e forma de análise, do que pela forma como esse dado é apresentado ao leitor.

Na perspectiva da pesquisa quantitativa a coleta de dados deve ser feita de forma não intencional, através de amostras aleatórias e em grande quantidade. Já na qualitativa os dados estão baseados nas categorias de significado dos participantes e são coletados em menor número de casos ou sujeitos, o que possibilita uma maior profundidade da análise, sempre buscando a visão holística.

Alguns métodos quantitativos permitem uma relativa rapidez na coleta de dados, oferecendo números precisos. A análise, por sua vez, pode ocupar menos tempo do pesquisador, uma vez que este pode utilizar-se de softwares de análise ou tabulação de dados estatísticos. Os resultados da pesquisa, dessa forma, são relativamente independentes do pesquisador. Numa perspectiva qualitativa o pesquisador se relaciona com o fenômeno de seu interesse, sem a obrigação de assumir uma postura de “neutralidade” diante da pesquisa. Isso permite que se alcance uma compreensão e descrição das experiências pessoais do fenômeno, uma vez que as abordagens qualitativas são sensíveis a situações locais, condições e necessidades dos interessados (JOHNSON e ONWUEGBUZIE, 2004).

Mesmo que, geralmente, se leve mais tempo para coletar e analisar os dados na dimensão qualitativa em relação à quantitativa, vale salientar que na quantitativa o pesquisador pode não perceber fenômenos que estejam ocorrendo por causa do foco na teoria e na testagem de hipóteses. O que, a rigor, numa perspectiva qualitativa, poderia gerar novas hipóteses ou teorias, uma vez que, com *“a ênfase na totalidade, o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões do problema, focalizando-o como um todo”* (GIL, 1991: 58-60).

Guardando as peculiaridades de cada paradigma e de cada tipo de dado, certo é que dados qualitativos e quantitativos, usados em conjunto, produzem um conhecimento mais completo. Essa ideia de um “mixed methods”, defendida por Johnson e Onwuegbuzie (2004), pode conquistar novos espaços, uma vez que muitos pesquisadores da área da Educação e das Ciências Sociais, na maioria das vezes, ainda se encontram amarrados na dicotomia quali-quantitativo ou quantitativo-quali. A ideia do “mixed methods” pode responder a uma

---

extensão mais ampla e completa de questões de pesquisa, uma vez que, em relação aos dados, o pesquisador geralmente não fica confinado a um único método ou paradigma.

Mas como fica essa dicotomia quali-quantitativa em relação à Micro-história? Como, nessa modalidade de pesquisa, os pesquisadores têm tratado essa questão das fontes e seus dados? O que caracteriza a Micro-história em relação a esse aspecto dos dados e de sua análise?

Lembremos aqui que a Micro-história surgiu no bojo da crise de uma vertente da história social que temia o destino das “grandes pesquisas quantitativas”. Desse modo, um indicador ou característica dos trabalhos de Micro-História é a preocupação com a construção de um *corpus* documental contundente em relação ao objeto de pesquisa. Nesse aspecto, existe uma semelhança relacionada ao Estudo de Caso: o estudo exaustivo do caso em questão. Diferentemente do Estudo de Caso, um trabalho de Micro-história prima por um esforço de quantificação das fontes não por um número que poderá conferir certo grau de exaustividade ao trabalho, mas, sim, pela diversidade dos dados e das escalas de análise que permitirão, de certo modo, reconstituir contextos que aos dados poderão ser aplicados para a análise de um objeto ou problema de pesquisa.

Percebo, nesse sentido, dois tipos de trabalhos de Micro-história. Um, mais quantitativo, seria aquele em que os pesquisadores dispõem, em seu corpus documental, de um grande volume de fontes documentais, especialmente seriais e/ou demográficas<sup>6</sup>. Outro, mais qualitativo, seria aquele em que o pesquisador não dispõe de um farto volume de fontes e constrói seu corpus documental a partir da historiografia e da imaginação histórica. Sobre o primeiro, Carlo Ginzburg acrescenta que “*o limite mais grave da história serial aflora justamente através do que deveria ser seu objeto fundamental: a identificação dos indivíduos com o papel que representam como atores econômicos ou socioculturais*” (GINZBURG, 2007: 262).

Outro problema, apontado por Farinatti (2008-a), foi o da “*naturalização das relações sociais sugeridas pelos bancos de dados*”. Segundo ele, “*a existência de uma ligação familiar, comercial ou política entre dois sujeitos, por si só, não diz muito sobre a natureza dos compromissos e da identidade que eles mantinham entre si*” (FARINATTI, 2008-a: 69). No entanto, o historiador pondera que o risco de tal cilada não deve impulsionar o pesquisador a desistir de trabalhar com esse tipo de fontes tanto para estudos puramente

---

<sup>6</sup> Cerutti (1998), Fragoso (1998, 2002), Osório (2007), Farinatti (2001, 2006, 2008-b), Levi (2000), Kuhn (2006), Reguera (2006), Reis (2008), que, dentre outros, também é importante ressaltar, mesmo usando fontes seriais, avançaram em relação ao que a história serial fazia tradicionalmente.

---

seriais como para os microanalíticos. Pois, “*quando aceitamos seu caráter incompleto, podemos nos valer daquelas informações como indícios que podem ser corrigidos na comparação com outras fontes ou em estudos futuros*” (FARINATTI, 2008-a: 67).

Sobre o segundo tipo de trabalho, o qualitativo, apenas lembremos o que escreveu Leila Perrone Moisés (1992: 10): “*Os limites do discurso histórico são os documentos. Mas, na interpretação e na interligação dos documentos é a imaginação que constrói a verdade possível, sobretudo quando os documentos são poucos e lacunares*”. Nesse sentido, a título de ilustração, poderia citar os trabalhos de Yonissa Wadi (2009), Maria Rostorowski (2003), Natalie Davis (1997), dentre outros.

### **Palavras-chave e polêmicas em torno da micro-história**

Colocam-se aqui algumas questões que são, de fato, substanciais quando se fala em micro-história<sup>7</sup>. A primeira delas trata da escala e da microanálise.

A mudança de escala de análise é fundamental para a definição da Micro-história. Como observou Ginzburg (2007: 264), reduzir a escala de observação possivelmente significaria “*transformar num livro aquilo que poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul*”.

O recurso à microanálise pode ser entendido, segundo a obra organizada por Jacques Revel (1998), como a expressão de um distanciamento de um modelo de história social que desde a origem se vinculou a um espaço “macro”. Nesse aspecto, vale citar a contribuição de Edoardo Grendi que criticou a história social dominante, pois ela deixava escapar tudo o que diz respeito aos comportamentos e à experiência social, à constituição de identidades de grupos, e proibia, por força de seu próprio método de trabalho, a integração de dados diversificados. Grendi defendeu a redução da escala de observação, bem como o uso de documentos diretos e não seriais como fontes<sup>8</sup>. Assim, a Micro-história

---

<sup>7</sup> Aqui, talvez, seja importante um posicionamento. Partilho da percepção de Giovanni Levi, exposta em Serna e Pons (1993, p.126), de que a Micro-história “não é uma teoria em si, mas uma prática com referências teóricas múltiplas”.

<sup>8</sup> Não quero, com isso, criar a noção de certo pioneirismo de Grendi em relação à Microanálise, tampouco à Micro-História. A leitura dos textos referenciados nesse artigo deixa claro, por exemplo, que a microanálise já era utilizada antes disso pela Antropologia e Economia. Para uma noção dos primeiros trabalhos envolvendo a expressão Micro-história, veja Ginzburg (2007). Além disso, para evitar equívocos que me parecem comuns, é importante frisar a diferença entre as expressões “Micro-história” e “microanálise”. A primeira, como já foi dito anteriormente, tem sido uma modalidade de pesquisa que nasceu da renovação epistemológica e metodológica de um grupo de historiadores italianos que descreveram e interpretaram casos “minúsculos” e periféricos à luz de uma história mais geral, buscando registrar uma série de fatos significativos que seriam imperceptíveis e que, no entanto, foram interpretados por sua inserção em contextos mais amplos e relacionáveis. Já a microanálise é

---

contribuiu para uma redefinição da hierarquia dos níveis de observação e da noção de contexto.

O que caracteriza os trabalhos de Micro-história é “*a insistência no contexto, ou seja, exatamente o contrário da contemplação isolada do fragmento relegado à história local*” (GINZBURG, 2007: 276).

O trabalho de contextualização múltipla praticado pelos micro-historiadores parte de premissas muito diferentes. [...] cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe portanto hiato, menos ainda oposição entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global (REVEL, op. cit.: 28).

Segundo Alban Bensa deve-se compreender o contexto ou a cultura de forma a não confundi-los com um quadro de referência; “*deve-se antes compreendê-los como um conjunto de atitudes e de pensamentos dotados de sua lógica própria, mas que uma situação pode momentaneamente reunir no interior de um mesmo fenômeno*” (BENSA in REVEL, op. cit.: 47). Para Revel, o pesquisador pode fazer dois diferentes usos do contexto: uso argumentativo, quando “*o contexto apresenta as condições gerais nas quais uma realidade particular encontra seu lugar, mesmo que nem sempre se vá além de uma simples exposição dos dois níveis de observação*”; e uso interpretativo, “*mais raro: extraem-se às vezes do contexto as razões gerais que permitiriam explicar situações particulares*” (op. cit.: 27).

Roger Chartier disse que, atualmente, o objeto da história não é ou não são mais “*as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos*” (CHARTIER, 1994: 102). Mas, nesse caminho, encontramos mais duas questões eminentemente ligadas às discussões dos trabalhos de “Micro-história”: a da representatividade e generalização. Vejamos, sinteticamente, como dois expoentes, Grendi e Ginzburg, trataram essas questões.

Grendi, no mesmo caminho da reflexão proposta pelo antropólogo Barth, propôs a noção de “*excepcional normal*” através de modelos generativos “*que permitem integrar completamente (e não mais como exceções ou desvios) os percursos e as escolhas*

---

prática da redução da escala de observação e de análise que é característica dessa modalidade de pesquisa, porém não circunscrita apenas à Micro-história.

---

*individuais. Desse modo, poder-se-ia dizer que o excepcional se tornaria normal*” (REVEL, op.cit.: 33).

Já Ginzburg traz a noção de “paradigma indiciário”, um modelo que “*desenvolve uma preocupação com o detalhe que pretende remeter as propriedades de fenômenos fortemente individualizados às características gerais dos conjuntos nos quais eles se inscrevem*” (BENSA, op. cit.: 43). Vale salientar que, conforme esclarece Bensa (op. cit.), o “paradigma indiciário” de Ginzburg foi inspirado no “método indiciário” de Giovanni Morelli, um historiador da arte que, ao analisar de forma especial as peculiaridades de algumas pinturas – originais e cópias – que não apresentavam a assinatura de seus artistas, conseguiu identificar os autores das obras não assinadas.

Os praticantes da micro-história transportaram esse método para o domínio da história social: fatos aparentemente bastante anedóticos lhes permitiram “entender uma realidade mais profunda, impossível de atingir de outra maneira”. Alcançar esse objetivo implica fornecer-se os meios documentais e metodológicos de vincular um acontecimento histórico singular a sistemas mais abrangentes de dados e de significações (BENSA, op. cit.: 43).

Sobre essa discussão, Ginzburg (op. cit.: 227) ainda adverte que não se deve “*transferir automaticamente para um âmbito macroscópico os resultados obtidos num âmbito microscópico (e vice versa)*”. Segundo ele, talvez é nessa heterogeneidade e dificuldade que se encontre “*a maior riqueza potencial da Micro-história*”.

### Referências Bibliográficas

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. SP: Papirus, 1998.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CERUTTI, Simona. Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: v.7, n.13, 1994.



DAVIS, Natalie Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. SP: Cia das Letras, 1997.

FARINATTI, L. A. E. . Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Ciência & Ambiente*, v. 1, p. 135-154, 2006.

\_\_\_\_\_. *Para além de estancieiros e colonos: o Rio Grande do Sul rural dos oitocentos e os lavradores nacionais*. In: Júlio Quevedo. (Org.). *Historiadores do novo Século*. 1 ed. São Paulo - SP: Companhia Editora Nacional, 2001, v. 4, p. 108-122.

\_\_\_\_\_. Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865). *Anos 90 (UFRGS)*, v. 15, p. 359-383, 2008-b.

\_\_\_\_\_. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, v.15, n.28, p. 57-72, jul.2008-a.

FRAGOSO, João. Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica. *Topói*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n.5, p. 41-70, 2002.

\_\_\_\_\_. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. SP: Cia das Letras, 2007.

JOHNSON, R. Burke and ONWUEGBUZIE, Anthony. Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time has come. *Educational Researcher*, Volume 33, Number 7, October, 2004, p.14-26.

KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2006. [tese de doutorado].

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. História social e microanálise: Edoardo Grendi. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história italiana: escala, indícios e singularidades*. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

OSÓRIO, Helen. *O Império Português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ESTUDO DE CASO E MICRO-HISTÓRIA: distanciamentos, características e aproximações – por Eder da Silva  
Silveira

---

PERRONE-MOISÉS, Leila. *Vinte luas: viagem de Paumier de Gonneville ao Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

REGUERA, Andréa. *Patrón de estancias*. Ramón Santamarina: uma biografia de fortuna y poder en la pampa. Buenos Aires: EUDEBA, 2006.

REIS, João José. *Domingos Sodré*. Um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. SP: Cia. das Letras, 2008.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

ROSTOROWSKI, Maria. *Doña Francisca Pizarro – uma ilustre mestiça*. Lima: IEP, 2003.

SERNA, Justo e PONS, Anaclet. El ojo de la aguja. De qué hablamos cuando hablamos de microhistoria? In: Torres, Pedro R. (et.al.). *La historiografía*. Madrid, Marcial Pons, 1993.

STAKE, Robert E. *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata, 1998.

\_\_\_\_\_. *A arte de investigação com estudos de caso*. Lisboa: Gulbenkian, 2007.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. *Revista SOCERJ*. Rio de Janeiro, Socerj, setembro/outubro de 2007, n.20(5), p. 383-386.

WADI, Yonissa Marmitt. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**Recebido em: 15/02/2010**

**Aprovado em: 27/05/2010**